



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1610, TERÇA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2011

Cortes em investimentos e programas sociais afetam diretamente a vida da população, diz líder tucano

O líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, afirmou nesta segunda-feira (28) que a “tesourada” bilionária em investimentos e programas sociais prejudicará diretamente milhões de brasileiros. O detalhamento dos cortes de R\$ 50 bilhões foi feito pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior.

Apesar de assegurar que despesas com os projetos sociais e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) seriam integralmente mantidos, o Planalto avisou que cortará R\$ 18 bilhões em investimentos. Desse total, o programa “Minha Casa, Minha Vida” terá redução de mais de R\$ 5 bilhões.

“Os cortes foram feitos de maneira desordenada, pois alcançam investimentos e áreas sociais que vão comprometer a economia e reduzir a qualidade de vida das pessoas. O governo deveria ter sido mais severo na contenção do custeio da máquina”, defendeu o parlamentar. De acordo com o tucano, a oposição “olhará com lupa” os detalhes do contingenciamento.

O deputado **Antonio Imbassahy (BA)** também condenou a redução “substancial” nos investimentos do país. “Se houvesse uma atenção com relação aos gastos de custeio, poderíamos ter um controle maior da inflação que não trouxesse esse grave prejuízo dos cortes nos investimentos”, avaliou.

Os aportes do governo para o “Minha Casa, Minha Vida” passarão de R\$ 12,7 bilhões para R\$ 7,6 bilhões.

“É um corte significativo, que tem duas razões: ou o governo reconhece que não tem capacidade gerencial para realizar os investimentos ou está fazendo um corte em um programa social importante, o que não é bom para os investimentos do PAC. Isso demonstra uma certa insegurança ou, ao mesmo tempo, uma forma atrapalhada do próprio governo na hora de fazer esses cortes e anunciá-los”, destacou o líder tucano.

Nogueira reprovou ainda a diminuição de R\$ 18 bilhões nas emendas parlamentares – o equivalente a 72% do total apresentado pelos congressistas. “Muitos desses cortes estão sendo feitos em áreas sociais, nas construções

de creches e unidades de saúde e também nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, o que vai prejudicar muito a vida de tanta gente que tanto precisa”, condenou.

Segundo Imbassahy, durante a campanha eleitoral o PT dizia que as contas públicas estavam equilibradas, mas não é isso que está sendo verificado. “O governo Dilma começa com péssimas notícias para o povo brasileiro: apagão no Nordeste, a interrupção de uma série histórica de 16 anos de reajuste real do

salário mínimo, o cancelamento de concursos e, agora, esses cortes. Tudo isso traz muita preocupação para os brasileiros”, ressaltou.

R\$ 5 bilhões

É quanto apenas o programa “Minha Casa, Minha Vida” terá de perdas em seu orçamento

@ Estados mais afetados por “tesourada” do Planalto nas emendas são administrados pelo partido

Em ação conjunta, quatro partidos contestarão no STF lei que fixa reajuste do mínimo por decreto

Os partidos que votaram contra a fixação do salário mínimo por decreto (PPS, PV, PSDB e DEM) ingressam nesta terça-feira (1º) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que o aumento do piso dos trabalhadores brasileiros seja definido até 2015 pela Presidência da República.

Sancionada na última sexta-feira (25) por Dilma Rousseff, a lei que contém este dispositivo foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (28). Representantes dos quatro partidos, com suas respectivas assessorias jurídicas, concederão entrevista coletiva às 14h, no plenário 13 do anexo II da Câmara, para explicar detalhes da ação. O líder do PSDB, senador **Alvaro Dias (PR)**, diz que o decre-

to confere um conteúdo autoritário ao Planalto. “O governo busca facilidades e, além das medidas provisórias, passa a usar o decreto. A medida da gestão petista abre um precedente perigoso por estimular a adoção do mesmo procedimento em outras matérias. Com isso restringe, cada vez mais, a capacidade de legislar do Congresso, atribuindo para si o poder de governar por decreto, como nos tempos da ditadura”, criticou.

Segundo o líder, não é razoável o Parlamento abrir mão das suas prerrogativas. “O decreto é uma violência contra a Constituição e o Legislativo e merecia uma reação mais agressiva da oposição. Estamos sendo moderados no discurso e efetivos na ação”, explicou Alvaro Dias.

Redução no número de assassinatos em São Paulo e em Minas mostra eficiência da gestão do PSDB, avaliam deputados

São Paulo e Minas Gerais, estados administrados pelo PSDB, conseguiram reduzir o número de homicídios. Enquanto o número de assassinatos no Brasil cresceu 19% na comparação entre os anos de 1998 e 2008, o número de mortes violentas em São Paulo caiu 56,3%. Em 2008 a taxa brasileira de mortes violentas foi de 26,4 num grupo de 100 mil pessoas, mas em Minas ficou em 19,5. Os dados são do Mapa da Violência de 2011, estudo divulgado pelo Ministério da Justiça e o Instituto Sangari.

Enquanto isso, o governo federal repassou aos estados apenas metade dos recursos prometidos por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Lançado em agosto de 2007, o programa tinha como meta o investimento de R\$ 6,7 bilhões até 2012. Mas até agora, segundo levantamento da Liderança do PSDB da Câmara, a administração petista aplicou somente R\$ 3,025 bilhões.

Para o deputado **Vanderlei Macris (SP)**, essa queda no número de homicídios em São Paulo se deve a coerência da gestão do PSDB nos últimos 16 anos e da política tucana de priorizar a segurança pública no estado. De acordo com o estudo, em São Paulo o número de assas-

sinatos entre jovens e não jovens caiu mais da metade em dez anos: de 14 mil em 1998, para 6 mil em 2008. Com isso, São Paulo passou da 5ª para a 25ª colocação na lista dos estados com mais homicídios.

“É um volume de políticas públicas não só na parte repressiva, mas também na preventiva que foi a mais importante. Os números mostram claramente a queda da criminalidade em São Paulo e um acerto da política de segurança pública implementada”, destacou Macris.

Sobre a redução no número de homicídios em Minas Gerais, o deputado **Eduardo Barbosa (MG)** lembrou que esses resultados se devem a uma gestão eficiente implantada pelo PSDB naquele estado. Segundo o tucano, as equipes que apresentavam melhores resultados no combate a criminalidade recebiam uma premiação que aumentava o salário dos policiais.

“Isso é fruto de um processo de gestão muito bem conduzido com compartilhamento de responsabilidades entre as polícias civil e militar”, completou o deputado. O Mapa da Violência 2011 também mostrou que Minas Gerais obteve o quinto melhor resultado do Brasil, posição que também já foi ocupada em 1998, ano inicial da pesquisa.

56,3%

Foi a queda no número de homicídios em São Paulo entre 1998 e 2008.

Imbassahy condena omissão do governo no setor elétrico e cobra prevenção contra enchentes

Em pronunciamento no plenário, o deputado **Antonio Imbassahy (BA)** criticou nesta segunda-feira (28) a irresponsabilidade do governo para tratar da infraestrutura e prevenção de desastres naturais. Engenheiro elétrico e ex-presidente da Eletrobrás, o tucano estreou no grande expediente da Casa cobrando uma atenção redobrada com o setor energético diante do apagão que atingiu o Nordeste em fevereiro deste ano.

“Não podemos permitir que apagões como o que ocorreu na Região Nordeste atingindo oito estados voltem a acontecer. Essa suposta ‘interrupção temporária de energia’ atingiu 40 milhões de habitantes. A ausência do Sistema Nacional de Alerta e Prevenção de Desastres Naturais é um problema grave. O

sistema foi anunciado no governo passado, mas até agora nada foi feito”, afirmou o parlamentar. O deputado destacou que pretende identificar políticas energéticas para assegurar e acelerar o crescimento econômico do Brasil.

O tucano citou relatório da ONU, segundo o qual 7,5 milhões de brasileiros foram afetados por 60 catástrofes naturais, no período de 2000 a 2010, sem contar os acontecimentos trágicos no início do ano no Rio de Janeiro. Imbassahy condenou a omissão do governo federal na tomada de providências preventivas. “Além de ter irresponsavelmente falhado na implementação do sistema de alerta de prevenção a desastres naturais, o governo federal não investe em obras básicas de prevenção”, ressaltou.

Leia também em nosso blog:

- Parlamentares exigem mais recursos para saúde sem a recriação da CPMF
- Marisa Serrano e Aloysio Nunes propõem debate sobre política de uso racional de água para o campo
- ITV destaca arrecadação recorde e pede correção na tabela do IR superior aos 4,5% propostos por Dilma
- Direto do Plenário, com o deputado Marcio Bittar (AC) e o senador Aloysio Nunes Ferreira (SP)
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), William Dib (SP), Vaz De Lima (SP) e Ruy Carneiro (PB) e o senador Flexa Ribeiro (PA)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>